

ENGEFORM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.

*Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras
de 31 de dezembro de 2022*

**ENGEFORM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial.....	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Abreviaturas:

IRPJ	–	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
CSLL	–	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
INSS	–	Instituto Nacional de Seguro Social
FGTS	–	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IRRF	–	Imposto de Renda Retido na Fonte
COFINS	–	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
PIS	–	Programa de Integração Social

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Quotistas e Administradores da
ENGEFORM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Engeform Energia Renovável Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Engeform Energia Renovável Ltda., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas – CPC PME R1.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2023.

**KRESTON PARTNERSHIP AUDITORES
INDEPENDENTES S/S**
CRC 2SP023408/O-2



JULIO LUIZ BAFFINI
CONTADOR – CRC _1SP162773/O-2

ENGEFORM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando incluído de outra forma)

	Nota	2022	2021
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	229.082	196.192
Impostos a recuperar		103	103
Adiantamento a fornecedores		-	108
		<u>229.185</u>	<u>196.403</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	2.391.391	2.145.641
		<u>2.391.391</u>	<u>2.145.641</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.620.576</u>	<u>2.342.044</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Contas a pagar	6	80.000	985
Obrigações tributárias		1.663	1.980
		<u>81.663</u>	<u>2.965</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	7	2.468.750	2.303.000
Reserva de lucros		70.163	36.079
		<u>2.538.913</u>	<u>2.339.079</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.620.576</u>	<u>2.342.044</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGEFORM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando incluído de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	8	46.008	44.095
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e Administrativas	9	(27.634)	(21.760)
Resultado operacional		18.374	22.335
Receitas financeiras		26.551	8.504
Despesas financeiras		(802)	(802)
Resultado financeiro líquido		25.749	7.702
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.123	30.037
Imposto de renda e contribuição social	10	(10.039)	(5.539)
LUCRO DO EXERCÍCIO		34.084	24.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGEFORM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando incluído de outra forma)

	Capital social	Capital social a integralizar	Capital integralizado	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.501.000	(198.000)	2.303.000	11.581	-	2.314.581
Lucro do exercício	-	-	-	-	24.498	24.498
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	24.498	(24.498)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.501.000	(198.000)	2.303.000	36.079	-	2.339.079
Aumento de capital (Nota 7a)	-	165.750	165.750	-	-	165.750
Lucro do exercício	-	-	-	-	34.084	34.084
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	34.084	(34.084)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.501.000	(32.250)	2.468.750	70.163	-	2.538.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGEFORM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto quando incluído de outra forma)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro do exercício	34.084	24.498
	<u>34.084</u>	<u>24.498</u>
Aumento e diminuição do ativo e passivo circulante:		
Impostos a recuperar	-	(1)
Adiantamento a fornecedores	108	(108)
Obrigações tributárias	(317)	298
Contas a pagar	79.015	(328)
	<u>112.890</u>	<u>24.359</u>
Recursos provenientes das atividades operacionais	112.890	24.359
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adições imobilizado (Nota 5)	(245.750)	-
Recursos provenientes das atividades de Investimentos	(245.750)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital (Nota 8a)	165.750	-
	<u>165.750</u>	<u>-</u>
Recursos provenientes das atividades de financiamentos	165.750	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>32.890</u>	<u>24.359</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	196.192	171.833
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	229.082	196.192
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>32.890</u>	<u>24.359</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGEFORM ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, exceto quando incluído de outra forma)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Engeform Energia Renovável Ltda. (“Empresa”), é uma Sociedade de responsabilidade limitada, sediada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1931 - sala 1 - CEP: 01.452.001 - Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 15 de junho de 2018 e com integralização do seu capital e início de suas operações em 13 de março de 2019. A Empresa tem por objeto: a) realização de estudos, projetos e planejamento para a construção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis ; b) Construção, operação, manutenção e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis ; c) comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono; d) Compra e venda, locação e gestão de imóveis próprios, exceto corretagem, para construção e a exploração dos empreendimentos de geração de energia elétrica.

Coronavírus (COVID 19)

Os efeitos da Covid-19 não causaram impactos significativos nas suas operações e nem no valor justo dos ativos e passivos da Empresa até o momento.

2) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas CPC PME R1, endossado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, por meio da Resolução N° 1.255/09 e alterações. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2023.

Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- ✓ Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado.

a) Moeda de apresentação das demonstrações

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (Real), que é a moeda funcional da Empresa.

3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

3.3) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.4) Receitas e despesas

As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado segundo o regime contábil de competência.

3.5) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de eventuais processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.6) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto sobre a Renda e Contribuição Social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e o regime tributário adotado pela Empresa é o lucro presumido.

3.7) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Não estão previstas alterações no CPC PME R1 com impactos retrospectivos e prospectivos em relação a essas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e a partir de 1º de janeiro de 2022, até a presente data.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.540	6.258
Aplicações financeiras (*)	227.542	189.934
	229.082	196.192

(*) - Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os rendimentos médios foram de 99,81% (98,64% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

5) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. Abaixo segue os valores de custo histórico em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Custo – terrenos	2.391.391	2.145.641
	2.391.391	2.145.641

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	2.145.641	2.145.641
Adições	245.750	-
Saldo no final do exercício	2.391.391	2.145.641

6) CONTAS A PAGAR

	2022	2021
Fornecedores diversos	80.000	985
	80.000	985

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 2022 a Empresa integralizou o capital no montante de R\$165.750 mediante a integralização de 165.750 cotas de valor nominal de R\$1,00.

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totalmente integralizado é de R\$2.468.750 (R\$2.303.000 em 2021) e está assim demonstrado:

	2022		
	COTAS	R\$	%
PEC Energia S.A.	2.468.740	2.468.740	99,99
Engeform Participações Ltda.	10	10	0,01
	2.468.750	2.468.750	100

	2021		
	COTAS	R\$	%
PEC Energia S.A.	2.302.990	2.302.990	99,99
Engeform Participações Ltda.	10	10	0,01
	2.303.000	2.303.000	100

8) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	2022	2021
Receita	47.751	45.808
(-) PIS e COFINS	(1.743)	(1.713)
	46.008	44.095

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Serviços de consultoria empresarial	(200)	(200)
Serviços de auditoria independente	(5.225)	(3.075)
Serviços cartoriais	(1.723)	(2.590)
Serviços diversos	(12.548)	(15.333)
Impostos e taxas	(7.938)	(562)
	(27.634)	(21.760)

10) IMPOSTO SOBRE A RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

		2022	2021
Faturamento Bruto – Serviços		47.751	45.808
% para a base de cálculo Receitas operacionais	32%	15.280	14.658
Demais receitas tributarias		26.551	8.503
Base de cálculo - Tributação		41.831	23.161
Alíquota do IRPJ	15%	(6.275)	(3.474)
Alíquota CSLL	9%	(3.764)	(2.085)
Outros		-	20
		(10.039)	(5.539)

11) PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível.

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve ações cuja probabilidade de perda fosse provável.

12) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros utilizados pela Empresa restringem-se as aplicações financeiras de curto prazo e em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. O Instituto não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

13) COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Empresa não adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.



An independent member of the Kreston Global network